

Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina

FIESC



PLEITOS EMPRESARIAIS DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 08 de outubro de 2015

SISTEMA 'S'

VERBAS DO SISTEMA S

Rejeitar iniciativa de apropriação dos recursos do Sistema S.

TRABALHISTA

PLC 30/2015 (PL 4330/2004) –

Regulamentação da Terceirização

A aprovação do projeto, permitindo a terceirização de qualquer atividade, é medida necessária para conferir mais garantia aos trabalhadores terceirizados e segurança jurídica às empresas.

PDC 1408/2013 e PDS 43/2015 – Sustação dos efeitos da Nova NR 12

A aplicação da NR 12 atual deve ser suspensa, restabelecendo a NR 12 vigente até 2010 durante o processo de revisão em andamento. Defende-se que a nova redação faça a diferenciação entre máquinas novas e usadas e entre fabricantes e usuários.

PL 5909/2013 e PLS 8/2014 – Redução do Intervalo Intra jornada por Negociação Coletiva

Os projetos merecem aprovação com aperfeiçoamentos, eis que atendem aos interesses de empregadores e trabalhadores, devendo-se permitir a redução por convenção ou acordo coletivo e suprimir a parte final do § 3º, do art. 71 da CLT, que veda a realização de horas suplementares.

PLP 51/2007 – Extinção da Contribuição Adicional de 10% sobre FGTS

A extinção da contribuição de 10% deve ser aprovada. A finalidade de sua criação – restabelecer o equilíbrio das contas do FGTS afetadas pelas ações judiciais de atualização monetária – já foi atingida.

MPV 680/2015 – PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO (PPE)

Aprovação do Programa com aperfeiçoamentos:

- Desburocratizar
- Não exigir regularidade fiscal
- Suprimir estabilidade provisória
- Excluir tributação sobre a compensação concedida pelo FAT
- Não exigir esgotamento de férias e banco de horas
- Manter o PPE para atender momentos de crise
- Valorizar a negociação coletiva

TRIBUTÁRIO

DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS

Rejeitar o Veto parcial 38/2015 ao PLC 57/2015 (PL 863/2015, de autoria do Poder Executivo) para incluir as empresas que fabricam os produtos de vestuário e seus acessórios (classificados nos Códigos 61 e 62) na alíquota de 1,5% da desoneração da folha.

Veto no Congresso Nacional/Plenário.

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

PL 2554/2015 – AMPLIAÇÃO DO PRAZO MÁXIMO NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE EMPRESAS

Aprovar o projeto, de autoria do Dep. Betinho Gomes (PSDB-PE), que inclui dispositivo no Código Civil para estabelecer prazo superior a 4 anos nos contratos de prestação de serviços entre entidades empresárias.

PL na Câmara dos Deputados/Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania/Aguarda apreciação do parecer favorável do Dep. Ricardo Tripoli (PSDB/SP).

PLC 113/2015 – CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE DE GARANTIA SOLIDÁRIA

Aprovar o Projeto de Lei da Câmara, de autoria do Dep. Esperidião Amin (PP/SC), que possibilita a criação de Sociedade de Garantia Solidária (SGS) para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, possibilitando a redução dos custos de acesso ao crédito.

PLC no Senado/Comissão de Assuntos Econômicos/Aguarda parecer do Relator, Senador José Pimentel (PT-CE).

INFRAESTRUTURA

MPV 677/2015 – PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA (PLV 16/2015)

Estender para Região Sul o benefício concedido para as empresas eletrointensivas das demais regiões. Alternativamente, rejeitar a matéria.

PLV no Plenário do Senado.

PL 832/2015 – ALTERAÇÃO RATEIO CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO (CDE)

Aprovar o projeto, de autoria do Deputado Fábio Garcia (PSB/MT), que prevê que as quotas anuais da CDE sejam pagas de forma proporcional aos mercados dos agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final.

PL na Câmara dos Deputados/Comissão de Finanças e Tributação/Relator Dep. Hildo Rocha (PMDB-MA).

ATUAÇÃO NO PODER EXECUTIVO

ENERGIA

PLANO DECENAL EXPANSÃO DA MALHA DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO (PEMAT)

Incluir a ampliação da capacidade de transporte do GASBOL no PEMAT.

RATEIO DAS COTAS DE ENERGIA HÍDRICA

Ação junto à ANEEL visando o cumprimento da Lei 12.783/2013 que prevê que o rateio das cotas de energia hídrica oriundas das concessões renovadas sejam proporcionais ao mercado das distribuidoras de energia elétrica.

Impacto na Celesc por não cumprimento da legislação:

- Acréscimo anual de R\$ 692 milhões nos custos da energia elétrica.
- Acréscimo de 8,76% na tarifa média geral da Celesc.

LOGÍSTICA

DEMANDA DE SANTA CATARINA – PPA 2016-2019

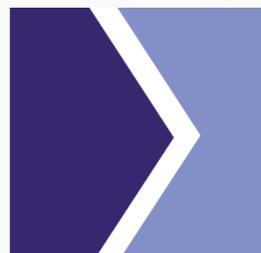
GOVERNO FEDERAL (3,7 BILHÕES/ANO)

DEMANDA SC - PPA 2016 - 2019

ESTADO	RODOVIÁRIO	AQUAVIÁRIO	AEROVIÁRIO	FERROVIÁRIO	TOTAL
SANTA CATARINA	R\$ 6,2 bilhões	R\$ 1,2 bilhão	R\$ 302 milhões	R\$ 7,2 bilhões	R\$ 14,9 bilhões

Fonte: Portos, Infraero, DNIT, SEP e OGU.
Elaboração e compilação: FIESC/COI/2015

Está previsto no PPA Governo Federal 2016/2019 R\$ 5,9 bilhões que correspondem às obras BR 470, BR 280 e BR 101.



**Conselho
das Federações
Empresariais de
Santa Catarina**

FIESC



fiesc.com.br | 0800 48 1212

Rodovia Admar Gonzaga, 2765 Itacorubi 88034-001 Florianópolis, SC